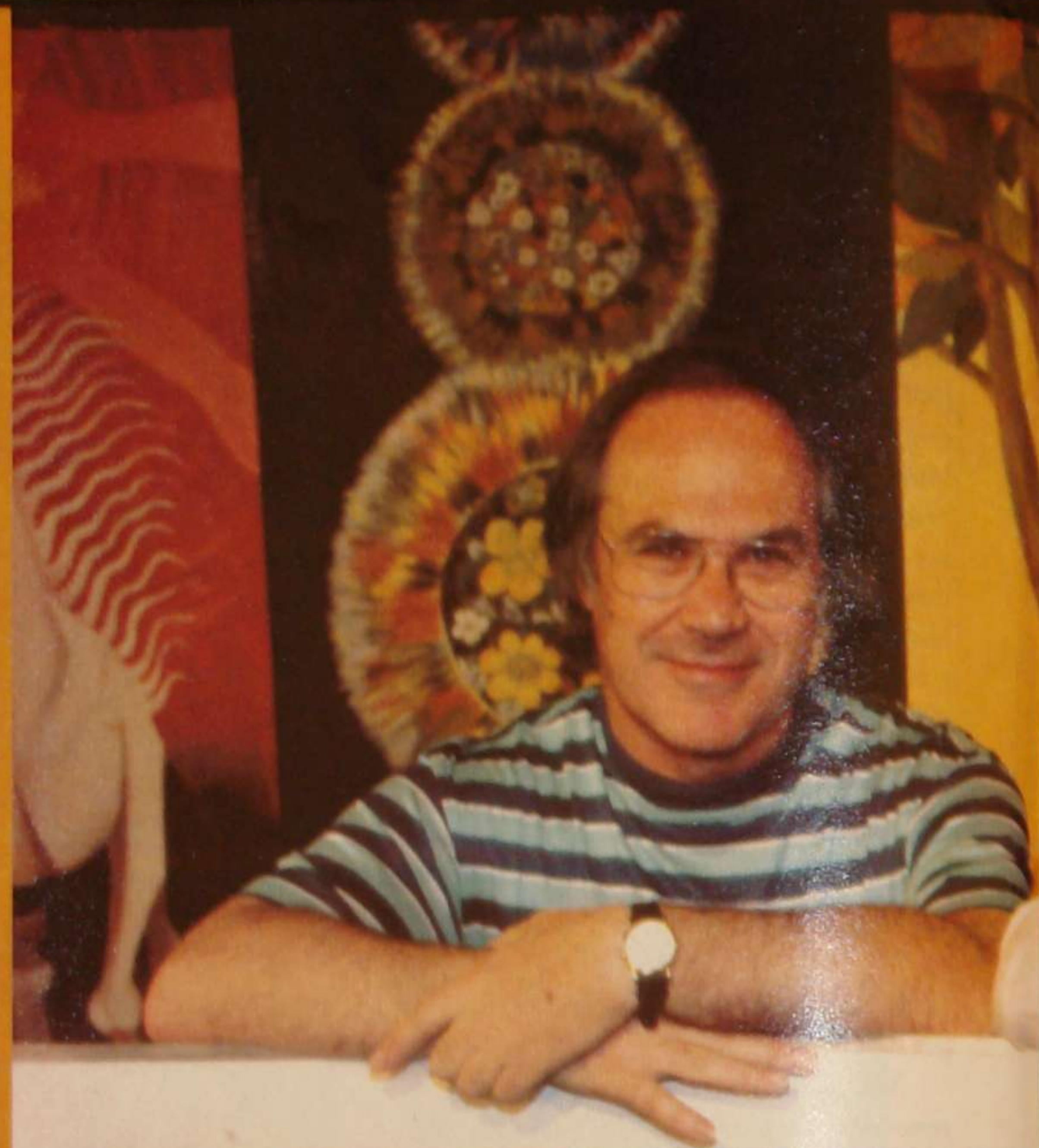


Têm um irreprimível "amor à camisola". E ainda hoje travam discussões onde a paixão é um exercício com muitas leituras. São quadros experientes a quem a luta sindical obrigou a viver uma relação muito intensa que cada um assume de forma diferente mas sem grandes traços revivalistas. Entre 1968 e 1975, Daniel Cabrita, António Ferreira Guedes e Anselmo Dias foram, sucessivamente, os presidentes das direcções do Sindicato dos Bancários do Sul que viveram os últimos anos do movimento corporativo e a transição para a democracia. Hoje, porém, já não participam na vida do sindicato e só muito raramente o visitam. No momento em que passam 25 anos sobre a tomada de posse da primeira destas direcções, o PÚBLICO juntou-os para re-discutir essa experiência, já fora dos balcões da Banca e com os olhos postos no futuro. E, por algumas horas, eles voltaram a reunir-se na Sala Cinzenta — simbolicamente baptizada de Sala Daniel Cabrita quando, em 71, este dirigente foi preso pela PIDE, desencadeando uma onda de protestos que fez história no sindicalismo português.



Da esquerda para a direita, Anselmo Dias, Daniel Cabrita e António Ferreira Guedes na antiga Sala Cinzenta (hoje Sala Daniel Cabrita) do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Na foto emoldurada, a Assembleia de Julho de 73, no pavilhão do Clube Atlético de Campo de Ourique, onde os bancários disseram "sim" à greve



PÚBLICO (Rev)
22/5/94 p22 a 32
13



TEXTOS: ANA PAULA DIAS
FOTOGRAFIA: BRUNO PORTELA

A PRIMAVEIRA NOS BALCÕES

“**A**briu-se uma nova perspectiva, num tempo em que a economia dos países se desenvolve dentro de grandes espaços (atente-se no Mercado Comum) que ampliam as dimensões dos respectivos mercados nacionais. A partir deste momento, pretender sobreviver isoladamente é condenar ao malogro qualquer política económica.” Salvo alguns pormenores, parece um discurso actual, mas tem 24 anos (1970) e consta de uma entrevista ao “D.L.”. É racional, mas era antecipação porque um ano depois (30/6/71, em Sesimbra, de férias), Daniel Cabrita, o autor desse discurso, ver-se-ia atirado para uma cela e exposto à brutalidade da polícia política. O seu nome, e o de muitos outros, tinha sido denunciado por um “duro” do PC, controlador da célula da Margem Sul, com fama de se ter contido durante a primeira prisão e que contaria tudo após a segunda: Augusto Lindolfo, que seria rapidamente libertado.

A prisão de Daniel Cabrita dá-se três meses após o acto eleitoral de 1971, nos Bancários do Sul. Ele tinha sido o presidente da direcção cessante. Cabrita recorda: “Eu propusera, em reunião de direcção, que a presidência passasse para o Ferreira Guedes”. Os membros da nova direcção tinham sido automaticamente empossados porque, durante um curto período, não houve homologações ministeriais. Acusado de pertencer ao PC e à ARA — “à qual nunca pertenci”, afirma — será condenado, após 8 meses, a dois anos de prisão maior. “A acusação de pertencer ao Partido Comunista deu-lhes o pretexto legal para me prenderem. Mas havia toda uma actividade ligada ao Sindicato dos Bancários e às próprias reuniões inter-sindicais (a Inter surgira em 70) onde fiz parte das mesas e onde por várias vezes estavam informadores da PIDE.”

Começava então uma movimentação sem par pela libertação de um sindicalista preso e incomunicável. Em Lisboa, foram várias as manifestações em que se gritou a plenos pulmões o seu nome. Bancários de luto, mobilizados pelos comunicados do sindicato — surgiram alguns falsos, mas verdadeiros terão sido doze, durante um mês — e gente de vários sectores profissionais ou políticos, confrontaram-se com cargas policiais que se traduziram em numerosos feridos, “cabeças selvaticamente partidas”, detenções e banhos oferecidos pelos odiados carros da tinta.

A prisão de Daniel Cabrita suscitou solidariedades nortenhas: Joaquim Coelho Santos desceu a Lisboa, e proclamou no Tribunal Plenário, perante ameaças de o impedirem de falar: “Como é que o Da-



Voz do Operário, 1969. Daniel Cabrita discursa numa assembleia sindical. Na mesa, da esquerda para a direita, Loureiro Baptista, Andrade Soares e Martinez da Silva. Em baixo, comunicados contra a prisão de Cabrita

DANIEL CABRITA DA PRISÃO À REVOLTA

niel Cabrita pode conspirar contra a segurança do Estado se ele entra no sindicato às 9 horas da manhã e sai às duas da madrugada?” Anselmo Dias também recorda essa solidariedade: “Havia um livro onde se registavam os contributos dos bancários para apoiar aqueles que estavam presos e assegurar a propaganda no tempo dos comissários do governo. Sentia-se o medo físico da prisão mas o desejo de lutar. Era uma geração generosa.” Por sua vez, o Sindicato do Norte fez eco das posições do Sul, promovendo acções de protesto nas ruas do Porto.

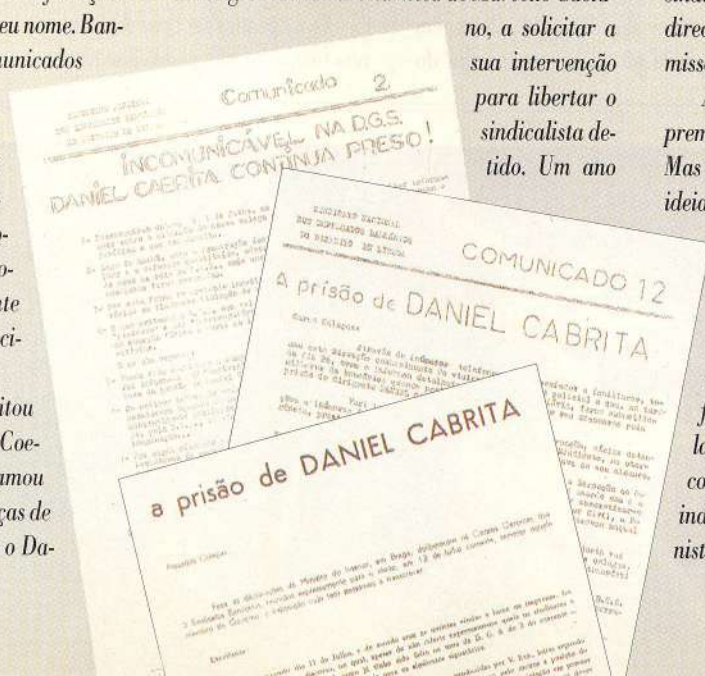
A O.I.T., chamada de urgência por via de uma queixa contra o Governo enviada pelo sindicato a 23/7, enviou delegados seus a Portugal. Até a televisão sueca veio gravar os acontecimentos. Milhares de telegramas caíram na mesa de Marcello Caetano, a solicitar a sua intervenção para libertar o sindicalista detido. Um ano

depois, a situação agrava-se com o suicídio da mulher de Daniel Cabrita, marcada, segundo o sindicato, “pela ansiedade e a insegurança que lhe provocou o desequilíbrio nervoso” em que vivia. O funeral deu origem a mais uma manifestação.

Preso desde Junho de 1971 (Cabrita sofrera já uma detenção temporária, na véspera do 1º de Maio de 69), a libertação só ocorrerá a 30/6/73, depois de uma viagem, no dia anterior, de Peniche para o isolamento em Caxias e daí para a sede da PIDE, para evitar o encontro com todos aqueles que aguardavam a sua libertação.

Após um mês de Julho virado para a contestação, Agosto veio repôr a “ordem”. Na sequência deste clima de revolta são encerrados (a 10/8/71) os sindicatos de Lisboa e do Porto, suspensas ambas as direcções por tempo indeterminado e nomeadas comissões administrativas.

A direcção de Ferreira Guedes tinha acabado, prematuramente, só com três meses de mandato. Mas tinha dado que fazer aos homens do regime: “A ideia foi proteger o Daniel Cabrita dos excessos da polícia, de modo a retirarmos argumentos ao governo para fechar o sindicato.” A revolta que se seguiu, e para a qual, segundo Anselmo Dias, “também contribuiu a mobilização do PCP”, não podia ter condições mais favoráveis. A começar, diz Ferreira Guedes, pela prisão de “um bom quadro, capaz de criar consensos e plataformas de entendimento e um individuo com bom senso (o que é fundamental nisto) e que veio a ser um bellissimo presidente”. ●



O TESTEMUNHO DE BARBOSA DE OLIVEIRA



O Sindicato dos Bancários do Sul foi sempre forte e influente no país mas hoje, com receitas superiores a um milhão de contos e mais de 48 mil sócios, um hospital e serviços de assistência médico-social próprios, é um poderoso sindicato com uma direcção PS/PCP, reeleita em Abril passado, para um terceiro mandato, por 15.899 votos contra 4.909 na lista do PSD. O socialista Manuel Barbosa de Oliveira, vice-secretário geral da UGT foi, também pela terceira vez, reeleito presidente da direcção. Tem 51 anos e aderiu ao PS em 74, oito anos depois de entrar para a Banca. Iniciou-se na actividade sindical como delegado em 1969 e só se tornou dirigente em 1975, quando o PS, aliado ao MRPP, conseguiu derrotar uma lista do PCP (9.197 votos contra 3.526). Em 1971, durante os meses em que o sindicato esteve ocupado por uma comissão administrativa, fez parte do grupo de trabalho oposicionista — “mas com uma actividade menos assídua do que a de muitos dos meus colegas, porque me dedicava mais à actividade no Banco como delegado sindical”.

Entre a direcção de Daniel Cabrita em 68 — “um alvorecer de esperança em matéria de representatividade” — e a de Ferreira Guedes, em 71, Barbosa de Oliveira não vê grandes distinções: “Foram presididas por dois homens que representaram um marco na vida sindical. Um, oriundo de um meio operário (Daniel Cabrita), outro que veio das lutas académicas para o mundo sindical (Ferreira Guedes). Reconheço, em ambas, um valor idêntico.”

Talvez por isso Barbosa de Oliveira tenha pensado neles quando, cansado das atitudes “autocráticas e impositivas” de Arménio Santos, líder dos TSD, começou a pensar em alternativas à aliança com o PSD (1979/88). Foi então que surgiu a ideia de uma “equipa pluralista” presidida por um socialista e integrando pessoas de outras tendências: “sociais-democratas, gente sem partido, comunistas, etc.” “Discutimos esta solução com o Ferreira Guedes e começámos a construí-la oficialmente no congresso da UGT em Braga, em Fevereiro de 88. Mas antes tínhamos ido à Intersindical falar com o Cabrita e foi ele que levou a ideia para dentro do PC.” É na sequência destes contactos que surge, depois, a lista PS-PCP que acabará por sair vencedora nas eleições de 1988 (com 19.509 votos contra 11.849 na lista PSD). Mas, ao contrário do que propusera Barbosa de Oliveira, os nomes de

Daniel Cabrita e Ferreira Guedes não surgem entre os candidatos: “O PC aderiu logo à ideia de uma lista conjunta mas recusou liminarmente a hipótese de Cabrita ser o vice-presidente. E aqui, a ideia que tínhamos começado a perder-se. Quanto ao Guedes, o PC só o aceitava se coubesse a um deles a vice-presidência. E isso ele não queria, salvo se fosse o Daniel Cabrita... É isto que explica que nenhum dos dois tenha feito parte da lista.”

Quanto a Anselmo Dias, Barbosa de Oliveira é mais crítico: “Antes do 25 de Abril essa direcção já tinha gerado divisões internas no sindicato. Depois, percebeu-se que era toda ela constituída por militantes comunistas. Um sindicato igualzinho aos da União Soviética! E o Anselmo foi, a certa altura (e não é a pessoa que está em causa), o rosto do domínio do PC e do Vasco Gonçalves nos sindicatos através do Sindicato dos Bancários. O Daniel Cabrita, que entrou mais tarde, era o único elemento com quem se podia conversar... Isto foi a tal ponto que a direcção do Anselmo, no fim do mandato, em vez de realizar eleições faz uma assembleia geral de braço no ar e prolonga-o por mais seis meses. E só ao cabo desse tempo é que conseguimos correr com eles daqui!”

Há quem acuse, hoje, a direcção de Barbosa de Oliveira de ser uma estrutura burocratizada, sem espaço onde os sócios se possam fazer ouvir. Ele contesta, acusando os críticos de “saudosistas”: “Nós fazemos reuniões e os sócios não vêm! É por isso que eu digo que as pessoas que nos criticam pararam no tempo! Hoje em dia o sindicato tem uma estrutura representativa dos sócios, está cá quem os sócios querem. O que se passava antigamente era que alguns vinham cá falar em nome dos outros sem ter legitimidade para isso. A Assembleia Geral, tal como existia, é uma reminiscência corporativa.” Barbosa de Oliveira não nega que haja menos participação dos sócios (embora haja “taxas de sindicalização altíssimas” em certos bancos), mas explica-a por outras razões, “entre as quais um certo medo, um certo olhar para o lado antes de dizer as coisas”, resul-

tantes da pressão das entidades patronais. Grupos de trabalho, pelo menos nos moldes em que existiam, considera-os desnecessários dada a actual estrutura do sindicato, com secções de empresa e outros grupos específicos institucionalizados. Uma estrutura que defende e considera reconhecida pelos sócios, a julgar pelos recentes resultados eleitorais: “Os Bancários premiam quem trabalhou.” ●



JOAQUIM COELHO DOS SANTOS

A DEMOCRACIA NOS PASSOS DO NORTE



Joaquim Coelho dos Santos tem 65 anos e desde Agosto de 1993 que está reformado da Banca, onde permaneceu 42 anos. Em 1966 ele integrou, como presidente da Mesa da Assembleia Geral, a primeira lista democrática a conquistar um sindicato em todo o país — neste caso o agora chamado Sindicato dos Bancários do Norte. Aí permaneceu, durante dois mandatos. Mais tarde, abraçaria a política; foi fundador do PPD, em 1974, dirigente regional do partido e deputado. “Só estive na política dois anos, os anos que durou a Revolução. Saí quando foi aprovada a Constituição [2 de Abril de 1976] e rompi com toda a espécie de política.” No topo da sua carreira foi director do Banco Nacional Ultramarino, no Porto. Neste seu depoimento para o PÚBLICO, Joaquim Coelho dos Santos passa em revista os tempos da luta anti-corporativa, defendendo o protagonismo do Norte no impulso para a democracia do movimento sindical português. Outros se lhe seguiriam.

1. Em Fevereiro de 1966, com uma lista de 24 elementos de variadas sensibilidades políticas concorremos às eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Norte e vencemos.

Com a nossa vitória ia iniciar-se o movimento sindical democrático dentro de um regime em que não havia liberdades políticas ou sindicais, em que havia censura à imprensa e uma Pide sempre vigilante, em que o simples apelo à greve era punido com prisão.

Faltava-nos tudo nada havendo para podermos começar: internamente, nem tempo (já que o sistema era de amadorismo), nem dinheiro, nem aparelho sindical; externamente, havia o deserto — já que apenas sindicatos corporativos existiam.

2. Tendo como objectivo essencial a informação, a consciencialização e o apelo à participação dos trabalhadores, nós sabíamos que a nossa experiência só teria êxito se os circuitos — internos e externos — fossem eficazes na transmissão da nossa mensagem, quer para a classe, quer ainda (e sobretudo) para outras associações e sectores laborais.

O nosso primeiro alvo, a abater, era a direcção corporativa dos bancários de Lisboa.

O Arlindo Fernandes desempenhou neste aspecto, um importante trabalho (que o digam o Pina Correia e o Ferreira Guedes), mas muita gente se envolveu neste objectivo prioritário.

3. As nossas assembleias gerais (que dirigi entre 1966 e 1972) eram o espaço de liberdade que utilizávamos para defender e difundir as liberdades — e tinham lugar com frequência e com larga e animada participação.

4. A nossa primeira grande alegria veio-nos com a eleição, em 1968, de uma direcção democrática nos bancários de Lisboa.

Com este aliado poderosíssimo, começamos a fazer avançar o movimento: a nível do sector bancário, empreendendo manifestações conjuntas que galvanizavam a classe e extravasavam para a socie-

dade civil; a nível do aparelho sindical democrático, alargando o âmbito das reuniões inter-sindicatos, onde passavam a ser tomadas posições colectivas de rejeição das “regras” do regime — como aconteceu por exemplo, com os boletins informativos.

As nossas lutas serviam de estímulo a outras áreas sindicais.

Foi assim na Corporação, onde eu, o Joaquim Marques e o Cabrita “furámos” o dogma sagrado da paridade corporativa (através do meu empenho para a Vice-Presidência); foi assim na organização da Caixa, onde eu e o Penilo revolucionámos os esquemas da segurança social; como foi assim no tribunal arbitral onde consegui arrancar a vitória ímpar que fora delineada pelos 3 sindicatos.

E a luta começou a alastrar-se; aos caixeiros, aos metalúrgicos, etc, etc.

5. A prisão do Daniel Cabrita foi um golpe baixo e uma machadada que a ditadura deu no movimento sindical democrático.

Foi uma forma selvática (sem o mínimo respeito pelos direitos humanos) de atingir fins sem olhar aos meios.

Estive, como testemunha, no Tribunal Plenário, onde fui várias vezes ameaçado pelo Juiz (?) Presidente; como estive, com o Penilo, no forte de Peniche, depois de aguardar durante semanas, autorização para visitá-lo.

O Poder sabia que nós lhe prestaríamos toda a nossa solidariedade — mau grado sabermos quais seriam as consequências dessa nossa solidariedade.

Os bancários também sabiam, mas acompanharam-nos.

A destituição (e nomeação de comissões administrativas) é transparente: não foi só na Polónia — com o Solidariedade — que as ditaduras “ilegalizam” sindicatos.

6. A História do sindicalismo democrático está por fazer.

Esteve para ser escrita em 1984, durante as comemorações do cinquentenário do Sindicato dos Bancários do Norte, a cuja comissão executiva tive a honra de presidir por amável convite da direcção da esquerda unitária que então geria o Sindicato.

Pena foi que o historiador escolhido e contratado na altura por 400 contos (que hoje é uma figura ímpar do cavaquismo) não tivesse honrado o compromisso assumido.

Quem mete mãos à obra? ●



Sindicalistas bancários do Norte Seminário Sindical na Curia, em 1968. Da direita para a esquerda, Coelho dos Santos, Arlindo Fernandes, Marcial, Marcelo Leite, Álvaro Leite, Júlio Ribeiro e o secretário-geral Júlio Pereira (foto publicada no Boletim “Nortada”, órgão do SBN)

